

Cynthia Andersen Sarti
Universidade Federal de São Paulo

O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória

Resumo: *Com base na experiência brasileira das últimas décadas, o texto aborda o feminismo como um fenômeno que, embora enuncie genérica e abstratamente a emancipação feminina, se concretiza no âmbito de contextos sociais, culturais, políticos e históricos específicos. O artigo mostra, inicialmente, o feminismo no Brasil, nos anos 1970, como um movimento de mulheres que se configura em oposição à ditadura militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites que se explicitaram no processo de abertura política. Argumenta-se, entretanto, que as dificuldades enfrentadas pelo feminismo brasileiro não dizem respeito apenas aos constrangimentos da conjuntura em que se manifestou, mas a impasses de ordem estrutural do feminismo, uma vez que as mulheres não são uma categoria universal, exceto pela projeção de nossas próprias referências culturais. Sua existência social e cultural implica a diversidade, instituindo fronteiras que recortam o mundo culturalmente identificado como feminino. A análise do feminismo, assim, requer a referência ao contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado. Da mesma maneira, a análise das relações de gênero implica considerar a noção de pessoa, tal como concebida no universo simbólico ao qual se referem essas relações.*

Palavras-chave: *feminismo, gênero, contexto, diversidade cultural, história do Brasil.*

Copyright © 2004 by Revista Estudos Feministas

¹ Ainda que as observações feitas neste artigo se refiram à especificidade do feminismo que se inicia nos anos 1970, a história do feminismo no Brasil registra significativas experiências anteriores, com características distintas, destacando-se a mobilização feminina em torno do sufrágio, nas primeiras décadas do século passado, objeto de análises comparativas,

Quando Simone de Beauvoir, em 1949, em *O segundo sexo*, disse que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressou a idéia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura.

Com base no movimento feminista brasileiro que se inicia na década de 1970,¹ este texto pretende ressaltar a particularidade do feminismo como uma experiência

como as de Branca Moreira ALVES, 1980; a esse respeito, ver também a síntese de ALVES e Jaqueline PITANGUY, 1981. Estudos como esses se desenvolvem no momento do ressurgimento da questão feminista no Brasil, nos anos 1970, aqui analisado, que propiciou a emergência de estudos sobre a mulher no âmbito acadêmico (Albertina COSTA, Carmen BARROSO e Cynthia SARTI, 1985).

histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, se concretiza dentro de limites e possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos.

Sem pretender, evidentemente, esgotar o sentido de uma experiência tão plural quanto polissêmica, dependendo do ângulo a partir do qual se olhe o feminismo, este artigo focaliza inicialmente a relação entre o contexto de autoritarismo político e a forma adquirida pelo feminismo no Brasil, para, a seguir, discutir impasses estruturais do feminismo. Argumenta-se que, embora influenciado pelas experiências européias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira.²

A resistência à ditadura

São bem conhecidas as palavras de Freud ao aproximar-se dessa América que ia visitar: “trazemos-lhes a peste”. Pensemos nas palavras de Marx ao falar de *O capital* como “do mais gigantesco míssil lançado na cabeça da burguesia capitalista”. Essas são palavras de homens que sabiam não somente o que significava lutar, mas que sabiam também que traziam ao mundo ciências que não podiam existir a não ser na e pela luta, pela simples razão de que o adversário não podia tolerar sua existência: ciências conflituosas, sem nenhum compromisso possível.³

Uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já

² As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em fatos vividos e documentos recolhidos nessa trajetória, além, evidentemente, da consulta à bibliografia sobre o tema.

³ Louis ALTHUSSER, 1985, p. 86.

se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país (comentadas adiante), pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota.

O retorno a essa origem, naquele momento, remete-nos à radicalidade posta então na questão da mulher como uma questão fundamentalmente 'conflituosa', por contestar as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes, como foi tantas vezes sublinhado sobre o caráter desse movimento no Brasil.⁴

A memória dos 'anos de chumbo', com os depoimentos de mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permite confirmar que o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar e, assim, nomear, hoje, o que naquele início eram mal-estares sem nome, na ainda feliz expressão de Betty Friedan em *A mística feminina*, que inaugurou o movimento feminista norte-americano na década de 1960.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970,⁵ implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens', pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento, o que, como apontou Garcia, "transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente".⁶

Os depoimentos a que posteriormente se teve acesso mostraram o quanto, de fato, a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação militante. O livro pioneiro de Albertina Costa,

⁴ Marianne SCHMINK, 1981; Anette GOLDBERG, 1982a, 1982b; Maria Lygia MORAES, 1985, 1996; SARTI, 1989a, 2001; Sonia ALVAREZ, 1990.

⁵ A significância dessa presença foi apontada por Marcelo RIDENTI, 1990, ainda que, como assinala o autor, a liberação específica da condição feminina não se colocasse explicitamente naquele momento.

⁶ Marco Aurélio GARCIA, 1997, p. 338.

⁷ COSTA et al., 1980.

⁸ Com base também nesses e em outros depoimentos, GOLDENBERG, 1997, discute, na mesma linha, a construção da identidade feminina na militância política.

⁹ GARCIA, 1997.

¹⁰ MORAES, 1996.

¹¹ Trata-se do seminário "A revolução possível: homenagem às vítimas do regime militar", organizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em abril de 1996.

¹² Foram ouvidos os depoimentos de quatro ex-militantes: Criméia de Almeida, Eleonora Menicucci de Oliveira, Inês Etienne e Rose Nogueira.

¹³ Judith PATARRA, 1992.

¹⁴ Elizabeth FERREIRA, 1996; Ana Maria COLLING, 1997.

¹⁵ Como *Que bom te ver viva*, da cineasta Lúcia Murat, ex-militante.

Valentina Lima, Norma Marzola e Maria Teresa Moraes,⁷ que divulgou os primeiros depoimentos das militantes, evidencia as impressões e reflexões posteriores das mulheres que haviam passado por essa experiência política, marcada pela diferença de gênero que, a partir daí, pode ser nomeada.⁸ Foi um momento de desencanto, como aponta Garcia,⁹ cujo significado será elaborado no exílio, em contato com o feminismo, principalmente europeu, e com a psicanálise.

A discussão ontológica do ser mulher, inspirada por feministas marxistas, como Alexandra Kollontai, e por Simone de Beauvoir, entre outras, tornou-se uma decorrência do que havia sido vivido. Na busca de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro, como argumentou Maria Lygia Moraes,¹⁰ enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por essa via, também a psicanálise como sua referência.

De forma insólita, em 1996, o espaço acadêmico se abriu para um evento eminentemente político que debatia a tortura durante a ditadura militar no Brasil.¹¹ Nesse seminário, foi discutida a presença da mulher como protagonista na resistência à ditadura e, pela primeira vez, como vítima de uma violência específica. Os depoimentos femininos¹² foram contundentes em revelar um corpo ferido e torturado com base naquilo que identifica o ser mulher em nossa sociedade, dada a forma específica de violência a que a repressão submeteu as mulheres militantes. Elas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também por uma manipulação do vínculo entre mãe e filhos, uma vez que esse vínculo torna a mulher particularmente vulnerável e suscetível à dor.

A divulgação e as análises das memórias desse tempo, a partir do relato das experiências a que tivemos acesso, desde os anos 1990 – por meio de publicações de jornalistas,¹³ estudos acadêmicos,¹⁴ filmes¹⁵ e eventos –, permitem uma leitura da origem da experiência feminista brasileira atual, que se inicia em meados da década de 1970 e se elabora ao longo das três décadas de atuação e reflexão feministas no Brasil, como uma experiência radical, no sentido de ser fundada em uma idéia e em uma posição definidas, ambas, pela noção de conflito.

O surgimento na cena política na década de 1970

Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliam-se as mudanças por que vinha passando

o país sob o regime autoritário, durante sua fase mais amena, o processo chamado de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário que permite a visibilidade do movimento feminista.

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*, para citar apenas os de São Paulo.

A ampla bibliografia sobre o assunto já apontou as especificidades do feminismo brasileiro, nascido nesse contexto.¹⁶ Iniciado nas camadas médias,¹⁷ o feminismo brasileiro, que se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses.¹⁸

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública.

¹⁶ SCHMINK, 1981; GOLDBERG, 1982a, 1982b; COSTA, BARROSO e SARTI, 1985; MORAES, 1985, 1996; Heloisa PONTES, 1986; COSTA, 1988; SARTI, 1989a, 2001; ALVAREZ, 1990.

¹⁷ Segmento social no qual se situavam as mulheres que tiveram acesso à educação universitária e ao estilo de vida propiciado pela modernização excludente, que caracterizou o desenvolvimento social e econômico brasileiro a partir da década de 1950.

¹⁸ SCHMINK, 1981.

Outro traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil, pelo menos quando comparado aos países europeus, diz respeito ao próprio caráter dos movimentos sociais no Brasil em sua relação com o Estado. Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social.¹⁹

¹⁹ COSTA, BARROSO e SARTI, 1985.

Organizados em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos), esses movimentos têm como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução – a família, a localidade e suas condições de vida – que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher.²⁰ Sendo esses movimentos o referencial da existência das mulheres, foi o que as moveu politicamente.²¹ Céli Regina Pinto²² e Eleonora Menicucci de Oliveira²³ analisam como, nesse processo, a participação das mulheres nos movimentos de bairro, que as retirava do confinamento doméstico, propiciou a emergência de um novo sujeito político, ao questionar, de diferentes maneiras, a condição da mulher e pôr em discussão a identidade de gênero.

²⁰ Tania SALEM, 1981; SARTI, 1985.

²¹ Teresa CALDEIRA, 1990.

²² PINTO, 1992.

²³ OLIVEIRA, 1990.

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.

O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo *versus* feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes.²⁴ A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.

²⁴ COSTA, BARROSO e SARTI, 1985.

As questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de 'abertura' política no país em fins da década de 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar

social da mulher, desnaturalizando-o definitivamente pela consolidação da noção de gênero como referência para a análise.

A unidade do movimento de mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou, permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que essa distinção tivesse sido nomeada. O feminismo, como ideologia, ficou restrito a apenas um setor do movimento de mulheres. Alegando a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, algumas tendências relegavam a um plano secundário a problemática feminista, expressando o que Costa²⁵ chamou de natureza híbrida das manifestações de rebeldia das mulheres brasileiras.

²⁵ COSTA, 1988.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970, que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência.

O movimento consolidado na década de 1980

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam, em sua bagagem, não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. O saldo do exílio, de umas, e a

experiência de ter ficado no país nos anos 1970, das outras, que construíram o feminismo local, fez desse encontro de aliadas um novo panorama.

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Ao mesmo tempo em que se alastrava pelo país a consciência da opressão específica da mulher, os grupos feministas atomizavam-se, como observou Moraes.²⁶ Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino,²⁷ particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas.²⁸

Dentro da tendência à especialização, desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criaram-se conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada.²⁹ No fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

²⁶ MORAES, 1985.

²⁷ OLIVEIRA, 2000a.

²⁸ Lucila SCAVONE, 1999; Maria Betânia ÁVILA, 1999.

²⁹ Maria Cecília MINAYO, 1994; OLIVEIRA, 2000b.

A década de 1990 em diante...

No feminismo brasileiro dos anos 1970, mesmo nos grupos que se autodenominavam feministas, atribuiu-se ao contexto de autoritarismo o principal impedimento para a emergência das questões específicas de gênero, porque rompiam com a unidade exigida pela política de alianças. No entanto, a resistência aos constrangimentos e à violência durante a ditadura militar, que implicou uma intensa atuação conjunta da oposição, borrou questões intrínsecas ao feminismo que não dizem respeito apenas aos limites da conjuntura em que se manifestou esse movimento no Brasil. A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questões: de um lado, a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino.

O tempo demonstrou que a ideologia feminista, como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava, por incidir sobre questões de ordem inconsciente. Foi-se, com muita resistência, abrindo o espaço para se trabalhar com o que Pierre Bourdieu³⁰ denomina “violência simbólica”, ou seja, a internalização (inconsciente) do discurso do dominador pelo dominado, que o faz cúmplice de sua própria dominação.

A ambigüidade da mulher, em face da opressão de que é objeto, começou a emergir mais claramente em torno da questão da violência contra a mulher, como mostraram os estudos de Heloisa Pontes³¹ e de Maria Filomena Gregori.³² No atendimento aos casos de violência, foram se tornando visíveis os elementos que permitiam ver a violência como um mecanismo relacional, apontando para a necessidade de se trabalhar tanto a vítima quanto o agressor. A visibilidade dos casos de violência doméstica, cometida contra crianças e adolescentes – sobretudo, a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 –, em que tanto homens como mulheres aparecem como agressores, contribuiu de forma decisiva para mostrar os intrincados problemas nas relações de gênero, afirmando a necessidade de se trabalhar e pensar em termos de identidades que se constituem em relações,

³⁰ BOURDIEU, 1999.

³¹ PONTES, 1986.

³² GREGORI, 1993.

construídas a partir de referências sociais e culturais específicas.

O feminismo teve que se enfrentar, ainda, com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem material e simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais.³³

³³ SARTI, 1989a.

As questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação da mulher com o homem, a sexualidade, o casamento como meio de vida e o significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas culturais. Sabe-se evidentemente que as oportunidades e experiências não são as mesmas para todas as mulheres, assim como são diversas também as perspectivas, o que restringe as possibilidades e a própria desejabilidade de identificação com as bandeiras feministas, ainda que o feminismo possa ser reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher.

Pesquisas etnográficas sobre os pobres urbanos, desenvolvidas nos anos 1980, momento de efervescência do movimento feminista no Brasil,³⁴ demonstraram que, para as mulheres pobres, a questão ontológica do ser mulher se fundava no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma, com significação em si. Evidenciava-se o descompasso entre seu discurso e aquele do feminismo que se instituiu no Brasil, o que aponta para a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista.

³⁴ SALEM, 1981; Luiz Fernando DUARTE, 1986, [s.d.]; SARTI, 1985, 1989b, 1993.

Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso aconteceu precisamente porque as mulheres não constituem uma categoria universal, exceto pela projeção de nossas próprias referências culturais. As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado.

Implicações da noção de contexto para a análise antropológica

A objetivação de uma nova experiência subjetiva, que o feminismo possibilitou, um processo necessariamente

coletivo, permitiu que essa experiência tivesse uma existência e um significado social e, assim, configurasse uma nova referência de ser mulher. Este é o sentido radical do movimento feminista como manifestação coletiva das mulheres, formulado como politização do mundo privado.

No entanto, a ideologia feminista, em sua indagação sobre o que é ser mulher, formula-se nos marcos de uma sociedade na qual a pessoa se constitui como indivíduo, atomizado e interiorizado, o que não necessariamente acontece em outros contextos, como mostra, entre outros, o trabalho comparativo de Louis Dumont³⁵ sobre o sistema de castas na Índia. Este e outros trabalhos do autor³⁶ foram referências fundamentais, na antropologia, para uma visão crítica do etnocentrismo do pensamento ocidental, que institui a entidade atomizada do indivíduo como paradigma epistemológico para pensar a pessoa, ignorando os contextos hierárquicos em que inexistente essa entidade autônoma, com significação em si. No que se refere à análise de gênero, o trabalho de Marilyn Strathern³⁷ foi um marco na exploração da dicotomia entre “eles” e “nós”, comparando as diferenças entre o pensamento ocidental, antropológico e feminista, e as formas de pensar na sociedade melanésia, seu campo de estudos.

A identidade de gênero, assim, introduz socialmente a diferença entre os sexos, princípio classificatório de todas as sociedades humanas, “em uma instância que lhe é logicamente anterior: a pessoa, tal como concebida em um esquema simbólico particular”.³⁸ Considerar o lugar da mulher implica, assim, o exame prévio da concepção de pessoa, do “eu”, do grupo social em pauta, com base na qual se configura o sentido da diferenciação entre homem e mulher.

Esse passo se impõe diante de qualquer experiência humana que implique essa “categoria do espírito humano” de que falou Marcel Mauss,³⁹ em seu texto de 1938, ao se referir à idéia da “pessoa”, à idéia do “eu” como construção social. Isso implica dizer que a noção de gênero não tem valor heurístico em si, mas se articula à análise da idéia do “eu” que lhe corresponde, em uma dada sociedade.

Em um dos primeiros artigos que discutiam antropologia e feminismo no cenário das ciências sociais brasileiras, Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn,⁴⁰ com base no pensamento de Dumont, apontaram a não-universalidade do feminismo ao sugerirem a afinidade do feminismo com o individualismo ocidental, seu pressuposto ideológico, na medida em que a ideologia feminista traz embutida a noção moderna de indivíduo. Fenômeno cultural, é por referência ao ideário ocidental que o feminismo faz sentido, o que coloca

³⁵ DUMONT, 1966.

³⁶ DUMONT, 1985.

³⁷ STRATHERN, 1988.

³⁸ Maria Luiza HEILBORN, 1992, p. 104.

³⁹ MAUSS, 1974.

⁴⁰ FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981.

problemas também para sua atuação no plano internacional.

Durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, convocada pela ONU, em Beijin, em 1995, as feministas ocidentais, em sua representação oficial,⁴¹ assinaram uma declaração pública contra o fundamentalismo islâmico, como parte do acordo entre os países representados. A identificação do feminismo oficial – nacional e internacional – com a perspectiva de quem está no poder já foi comentada por Moraes.⁴² Pretendemos ressaltar o fato de o ideal de liberdade, no qual se baseavam as feministas para criticar o islamismo, ser alheio às referências culturais das mulheres islâmicas, um grupo social, em si, heterogêneo, sob muitos aspectos. Solidarizar-se com as mulheres islâmicas implica o reconhecimento de sua alteridade, para, dessa maneira, buscar entender as crenças e os costumes islâmicos, tal como vividos e explicados por elas mesmas, sujeitos de sua própria libertação.

O risco em posturas fundadas no princípio abstrato da igualdade e da liberdade é o de que encerrem outras formas de opressão e violência, mais sutis, porque exercidas em nome de valores morais que não se discutem, precisamente porque são enunciados por quem detém o poder.

Os clássicos são bem lembrados nos momentos em que a história parece se repetir. Claude Lévi-Strauss,⁴³ em seu conhecido artigo contra o racismo, publicado em 1952 pela UNESCO, comenta o paradoxo das grandes declarações universais dos direitos humanos, que, segundo ele, têm a força de se colocar contra a aberração de toda e qualquer forma de preconceito, mas têm a fraqueza de

enunciar um ideal que raramente atenta para o fato de que o homem⁴⁴ não realiza sua natureza em uma humanidade abstrata, mas em culturas tradicionais, cujas mudanças as mais revolucionárias deixam subsistir aspectos intactos e se explicam a si mesmas em função de uma situação estritamente definida no tempo e no espaço.⁴⁵

O exercício da prática antropológica distancia de tal forma qualquer perspectiva universalista e abstrata, que se torna difícil evitar o desconforto diante de postulados que pretendam fazer do feminismo uma categoria generalizável a todas as mulheres. Há uma dissonância entre o feminismo, quando este se funda em uma identidade comum e unificadora, e a antropologia, para a qual a atitude dialógica é constitutiva.⁴⁶ São maneiras divergentes de lidar com o outro.⁴⁷

⁴¹ Houve, ao mesmo tempo, nessa como em outras con-ferências mundiais convocadas pela ONU, uma conferência não-oficial paralela, que tomou posições distintas das oficiais.

⁴² MORAES, 1997.

⁴³ LÉVI-STRAUSS, 1989.

⁴⁴ Não há como resistir ao comentário sobre outro paradoxo, desta vez no próprio autor, o da identificação do masculino com a categoria que engloba o humano.

⁴⁵ LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 335.

⁴⁶ STRATHERN, 1987.

⁴⁷ SARTI, 1988.

Na perspectiva feminista, fundada na experiência compartilhada, há uma identificação entre mim e o outro. A experiência torna-se o instrumento de um conhecimento que não pode ser apropriado pelo outro. Pressupondo a dominação, o outro é necessariamente o dominador, portanto o conhecimento sobre a mulher exclui o outro. A prática antropológica, ao contrário, volta-se para o reconhecimento do outro, preservando a distância entre mim e o outro, não havendo qualquer oposição predeterminada. O problema é, então, o de estabelecer os termos da comunicação possível, já que se pretende a relação com o outro. "Mas o Outro não está sob ataque. [...] Sob ataque, por outro lado, está aquela parte de nós mesmos corporificada na tradição da qual somos herdeiros."⁴⁸

⁴⁸ STRATHERN, 1987. Tradução minha. O original é: "But the Other is not under attack. [...] Under attack, by contrast, is that part of oneself embodied in the tradition to which one is heir" (p. 289).

Reconhecer o outro pressupõe, assim, o estranhamento em relação a si mesmo, como condição de possibilidade da prática antropológica, o que caminha no sentido inverso do feminismo. O conhecimento antropológico sobre a mulher formula-se, então, a partir de uma relação de alteridade e não de identificação. A análise demanda o distanciamento para a contextualização do outro.

Contextualizar não significa situar o fenômeno estudado no âmbito mais geral da sociedade onde se insere, explicando o particular pelo geral, como uma leitura rápida e rasteira poderia sugerir, mas requer um passo cuidadoso e atento em outra direção. É um movimento que diz respeito à relação com o outro. Requer escutar a explicação do outro sobre o mundo social do qual faz parte. Contextualizar é adentrar o outro, confrontar-se com seu ponto de vista. Pressupõe o reconhecimento de seu discurso como um saber, o que põe em questão nossas formas de pensar, relativizando-as. Nessa relativização reside a dificuldade maior. É um movimento que traz consigo necessariamente o diálogo, com a exigência de sair de si. O contexto do pesquisador explica a sua interpretação, as referências epistemológicas com as quais constrói a sua análise, mas não necessariamente a do pesquisado, quando forem distintas as referências de sentido de uma e da outra. Assim acontece com o conhecimento sobre a mulher, como com qualquer objeto de estudo.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. "Marx e Freud". In: ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. 2. ed. Trad. e notas de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 75-93.
- ALVAREZ, Sonia E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition to Democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 44).
- ÁVILA, Maria Betânia. "Feminismo y ciudadanía: la producción de nuevos derechos". In: SCAVONE Lucila (Org.). *Género y salud reproductiva en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 1999. p. 57-83.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CALDEIRA, Teresa. "Women, Daily Life and Politics." In: JELIN, Elizabeth (ed.). *Women and Social Change in Latin America*. London: Zed Books, 1990. p. 47-78.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- COSTA, Albertina de Oliveira. "É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970". *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, p. 63-69, ago. 1988.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia A. "Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?" *Cadernos de Pesquisa*, n. 54, p. 5-15, ago. 1985.
- COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria Teresa Porciúncula (Orgs.). *Memórias (das mulheres) do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.
- _____. "Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas". In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operárias: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ-PROED/Marco Zero, [s.d.]. p. 203-226.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1966.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. "Antropologia e feminismo". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro: Zahar, v. 1. p. 11-47, 1981.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GARCIA, Marco Aurélio. "O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política". *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 319-342, 1997.
- GOLDENBERG, Mirian. "Mulheres e militantes". *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, p. 349-364, 1997.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado ao 12º Congresso Internacional da IPSA, Rio de Janeiro, RJ, 1982a.
- _____. "Espaces féminins et espaces féministes em Amérique Latine: quelques réflexions". *Cahiers des Amériques Latines*, n. 26, p. 103-26, 1982b.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- HEILBORN, Maria Luiza. "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil". In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e história". In: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural dois*. 3. ed. Trad. de Chaim Samuel Katz. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 328-366.

- MAUSS, Marcel. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'". In: MAUSS, M.. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p. 207-241. v. 1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. "A violência social sob a perspectiva da saúde pública". *Cadernos de Saúde Pública*, n. 10, p. 7-18, 1994.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- _____. *Vinte anos de feminismo*. 1996. Tese (Livres-Docência em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- _____. "Feminismo e a vitória do neoliberalismo". In: SCHPUN, Monica (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 141-151.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *A re-apropriação do corpo feminino: do confinamento doméstico à reinvenção de novos espaços de cidadania*. 1990. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- _____. "A ética do ponto de vista das mulheres que abortam". *Revista Universidade e Sociedade*, v. 9, n. 20, p. 158-164, 2000a.
- _____. "Violência contra a mulher: uma questão de gênero". *Acta Paulista de Enfermagem*, n. 13 (especial), p. 171-180, 2000b.
- PATARRA, Judith L. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- PINTO, Céli Regina Jardim. "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- PONTES, Heloisa André. *Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- RIDENTI, Marcelo S. "As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo". *Tempo Social*, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2. sem.1990.
- SALEM, Tania. "Mulheres faveladas: 'com a venda nos olhos'". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 1, p. 49-99, 1981.
- SARTI, Cynthia Andersen. "'É sina que a gente traz': ser mulher na periferia urbana". 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- _____. "Antropologia dos gêneros: reflexões preliminares sobre a constituição de um campo de estudos". Trabalho apresentado à 16ª Reunião Brasileira de Antropologia, 27-30 mar. 1988, Campinas, SP.
- _____. "The Panorama of Feminism in Brazil." *New Left Review*, n. 173, p. 75-90, Feb.1989a.
- _____. "Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*, n. 70, p. 38-46, ago.1989b.
- _____. "Família y género en barrios populares de Brasil". In: GONZÁLEZ MONTES, Soledad (Org.). *Mujeres y relaciones de género en la antropología latinoamericana*. México: El Colégio de México, 1993. p. 55-70.
- _____. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro". *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 31-48, 2001.
- SCAVONE, Lucila. "Anticoncepción, aborto y tecnologías conceptivas: entre la salud, la ética y los derechos". In: SCAVONE, Lucila (Org.). *Gênero y salud reproductiva en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 1999. p. 21-56.
- SCHMINK, Marianne. "Women in the Brazilian 'Abertura' Politics." *Signs*, v. 7, n. 1, p. 115-133, 1981.

STRATHERN, Marilyn. "An Awkward Relationship: the Case of Feminism and Anthropology."

Signs, v. 12, n. 2, p. 276-292, 1987.

STRATHERN, Marilyn. *The Gender of Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

[Recebido em dezembro de 2003 e
aceito para publicação em junho de 2004]

Brazilian Feminism Since the Seventies: Revisiting a Trajectory

Abstract: *Based on the Brazilian experience in the last decades, the text approaches feminism as a phenomenon that, although enunciating women's emancipation in general and abstract terms, concretizes itself in specific social, cultural, political and historical contexts. Initially, the article shows feminism in Brazil, in the seventies, as a women's movement that was framed in opposition to the military dictatorship. In the following decades, it developed within the possibilities and limits of the process of political democratization. Nevertheless, the text argues that the difficulties faced by Brazilian feminism concerns not only the conjuncture constraints, but are related to structural impasses of feminism, due to the fact that women are not a universal category, except by the projection of our own cultural references. Their cultural and social existence implies diversity and institutes boundaries that cut the world culturally identified as feminine. As such, the analysis of feminism requires the reference to the context of its enunciation, which gives its meaning. Accordingly, the analysis of gender relations implies considering the notion of the person as conceived in the symbolic universe to which they refer.*

Key words: *feminism, gender, context, cultural diversity, Brazilian history.*